

# CARRA

Receba nossos informativos online. Cadastre seu e-mail no site [www.sindsep-pe.com.br](http://www.sindsep-pe.com.br)

Mala Direta Postal  
**Básica**  
9912264199/2010-DR/PE  
SINDSEP/PE  
CORREIOS

**Negociações** com governo não **avançam** e servidores federais continuam **mobilizados**

▶ páginas 6 e 7

Sindsep-PE vai à **Justiça cobrar** perdas de servidores **aposentados e pensionistas**

▶ página 12

**Confira** nessa edição o **balancete** de prestação de **contas** do Sindsep-PE, exercício **2014**

## Movimentos sociais dizem não ao golpe e defendem a democracia

▶ página 5





# Aqui jaz uma tentativa de golpe

Ao contrário do que muitos previam e desejavam, agosto está se encerrando com uma pá de cal sobre a possibilidade de impeachment da presidenta Dilma. É que, por mais que pareça absurdo, mesmo o empresário mais conservador raciocina como um animal político: ver os pós e contras do desfecho de uma situação de instabilidade político-econômica. Pois nem esquerda nem direita estão mortas, e o potencial de estrago que poderia advir de uma ruptura democrática, que jogaria o país no fosso da insanidade, seria catastrófico. É por isso que banqueiros, grandes empresários e jornais internacionais pronunciaram-se contra o golpe, que estava em curso comandado pelas oposições, à frente o PSDB, do playboy do Leblon.

Qualquer cidadão minimamente informado tem clareza do que está ocorrendo em nosso país. Quem conheça a nossa história sabe que a corrupção no Brasil é tão velha quanto o oportunismo político. E que aqueles que apoiam o fim da corrupção e a punição exemplar, independentemente a que partido pertençam, não vão entrar num jogo de cartas marcadas onde os que perderam as eleições há quase um ano querem tomar o poder a qualquer custo. Isto está claro. As pessoas entendem que o momento econômico é grave, que houve erros de gestão, que é preciso humildade e muita capacidade de diálogo para

se construir um novo caminho para o país. E também que não serão os trabalhadores os únicos a pagar a conta. Dessa cantiga, a maioria está cansada.

As últimas manifestações de rua mostraram muito bem a diferença dos pleitos: por um lado, os partidos de esquerda e os representantes dos trabalhadores e dos movimentos sociais exigem respeito à democracia e uma agenda popular, que garanta a continuidade das políticas públicas e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária; do outro lado, há aqueles que bradam pela volta da ditadura, pela institucionalização do fascismo e pelo fim dos avanços sociais conquistados pelos brasileiros mais humildes, nos últimos 12 anos.

São agendas completamente distintas, o povo não é burro. Nada será bem recebido pela sociedade se não tiver como fim avanços que conduzam nosso país a um outro patamar de desenvolvimento. O Estado tem que garantir o acesso de todos a condições de dignidade, fora disso não há acordo, não há diálogo. Um Brasil diferente é possível. Temos que continuar construindo-o. Estejamos atentos.

**Graça Oliveira**  
Coordenadora geral do Sindsep-PE

## ÚLTIMAS

## Trabalhadores da Ebserh discutem ACT

Os trabalhadores da Ebserh de 14 estados brasileiros decidiram aceitar a proposta de reajuste de 7,7% dos seus salários feita pela empresa. A decisão a favor do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi tomada em assembleias realizadas, no dia 17 de agosto, em 14 estados brasileiros. Apenas o estado do Piauí foi contra a proposta. Dos 62 funcionários que participaram da assembleia em Pernambuco, 42 decidiram aceitar o ACT.

O percentual de 7,7% também foi oferecido para o reajuste de benefícios como tickets, auxílio saúde, auxílio creche e auxílio necessidades especiais. No entanto, os servidores fizeram duas ressalvas para o fechamento do acordo, durante reunião realizada em Brasília, no dia 18 de agosto, com representantes dos trabalhadores, da Ebserh e da Condsef.

A primeira delas é de que no ACT deve constar o índice do reajuste a ser concedido, no caso o IPCA. Na segunda ressalva, os trabalhadores querem que o parágrafo que diz respeito ao quantitativo de plantões seja excluído.

No dia 24, a Condsef participou de uma reunião convocada pela Ebserh para apresentar proposta com alterações feitas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest). O Dest não aprovou algumas cláusulas e sugeriu que esses itens fossem contemplados com a assinatura de um termo de compromisso, constando as cláusulas que garantem o reajuste salarial e os benefícios. Essas minutas devem agora passar por um novo crivo da categoria que deve promover assembleias nos estados.

# Um curso para mostrar que é possível Ética na Política

Um sentimento de ódio aos políticos e à política nacional aflorou em boa parte da sociedade brasileira nas últimas décadas. Essa aversão é propagada pela mídia que, além de enfatizar atos de corrupção, promove uma verdadeira caça às bruxas, muitas vezes sem provas, e acaba por afastar pessoas éticas do debate político. Com o distanciamento dessas pessoas, muitas inclusive se negando a votar, o brasileiro passou a ter como representantes pessoas eleitas pelo poder do dinheiro e pelo corporativismo religioso e de classe. Vide a atual composição do Congresso Nacional, tida como a mais reacionária desde o período ditatorial militar brasileiro.

Foi levando o cenário atual em consideração que o Sindsep-PE resolveu retomar o debate sobre política, por meio de um curso voltado para seus filiados, servidores federais e público em geral. O curso Ética na Política, ministrado pelo cientista político e professor da UFPE, Michel Zaidan, foi o primeiro de uma série de cursos que o sindicato passará a promover, tendo como objetivo retomar seu processo de formação política, tão importante para a sociedade local. “Num mundo político cada vez mais desprovido de princípios e compromissos com o interesse público, a iniciativa do Sindsep é digna de elogios. O sindicato realiza a tarefa de ser uma escola de cidadania e de respeito aos princípios democráticos e republicanos da nossa convivência social”, destacou Michel Zaidan.

E a primeira iniciativa já contou com grande participação do público. Um total de 115 pesso-



**LIÇÃO** Michel Zaidan fez um contraponto ao discurso do ódio e do preconceito

as se inscreveu para assistir às aulas ministradas nas noites das terças e quintas de agosto. “O professor nos repassou um conteúdo rico, com uma linguagem simples e objetiva, de fácil entendimento para todos. Achei um curso muito proveitoso, uma vez que debatemos temas da atualidade muito importantes para compreendermos a realidade”, comentou o bancário Saulo de Lima Torres.

Além de ter sido uma ótima oportunidade para aprendizagem e reciclagem profissional, a atividade deu direito a certificado do Núcleo de Estudos Estratégicos de Política Eleitoral (NEEPE) da UFPE e, por contar com uma carga horária total de 12 horas, valeu como curso de extensão. O servidor federal poderá, inclusive, utilizar a certificação na sua ficha funcional para possíveis promoções.

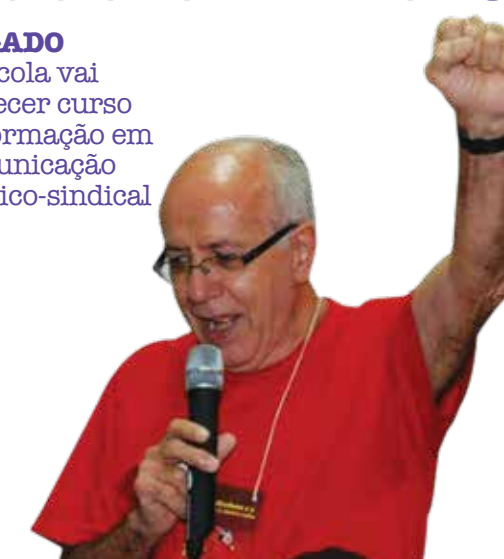
Esse foi apenas o primeiro de uma série de eventos de formação que o sindicato está programando. Outros cursos estão previstos, como o de Modelo Político Brasileiro, que deve acontecer ainda em setembro, leitura crítica da mídia e, até mesmo, iniciação de teatro. Acompanhem nossos informativos para ficar por dentro dos períodos de inscrição.

## NPC-RJ cria Escola Vito Giannotti

Um mês depois do falecimento do ativista político e escritor Vito Giannotti (foto), o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) – o qual tinha Vito como seu coordenador – anuncia a criação da Escola Nacional Vito Giannotti, que tem como missão promover formação continuada de comunicação político-sindical. Vito era um dos grandes entusiastas da luta sindical e apostava na comunicação como a arma da classe trabalhadora. Ele sonhava em ver a unidade de toda a esquerda, para fazer a verdadeira disputa de hegemonia com a grande mídia burguesa.

Nascido em Lucca, na Itália, Vito veio para o Brasil em 1964, indo logo trabalhar como

**LEGADO**  
A escola vai oferecer curso de formação em comunicação político-sindical



metalúrgico em São Paulo, onde iniciou sua militância no movimento sindical, se dedicando especialmente à comunicação sindical. Ele faleceu aos 72 anos, no Rio de Janeiro, onde morava, no dia 24 de julho deste ano. Era autor de livros como História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil, CUT por dentro e por fora, Força Sindical, a central neoliberal, Muralhas da Linguagem e Comunicação Sindical: a arte de falar para milhões. Vito era um homem de esquerda. Anualmente, coordenava o curso de comunicação do NPC, o maior encontro de comunicadores alternativos do país, reunindo entre os palestrantes críticos brasileiros e estrangeiros da mídia comercial. ◀◀

## CHARGE SAMUCA



## ATENÇÃO



## EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco  
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista  
CEP 50.050-200 Recife – PE  
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839  
Home: [www.sindsep-pe.com.br](http://www.sindsep-pe.com.br)  
e-mail: [sindsep@sindsep-pe.com.br](mailto:sindsep@sindsep-pe.com.br)  
[imprensa@sindsep-pe.com.br](mailto:imprensa@sindsep-pe.com.br)

Coordenação Geral  
Maria das Graças de Oliveira  
Secretaria Geral  
José Carlos de Oliveira  
Secretaria de Imprensa e Divulgação  
Isac dos Santos Neto,  
Sérgio da Silva Goiana  
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição  
Fabiola Mendonça  
Texto  
Fabiola Mendonça (DRT-2506),  
Deyse Lemos (DRT 3909),  
Alexandre Yuri (DRT 2942)  
Revisão Nelma Maria da Costa - IFPE

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação  
Ilustrações Samuca  
Projeto gráfico, capa e diagramação  
Karla Tenório (DRT-2468)  
Impressão CCS  
Fone: 3458.0000  
Tiragem 12.500 exemplares



# Bancada da fé ataca direitos humanos



O disk 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), registrou entre 2011 e 2014, cerca de 504 denúncias de intolerância religiosa, sendo que 213 delas informaram a religião atacada. Em 35% dos casos, os crimes foram direcionados aos praticantes de religiões de matriz africana. Tal informação diz muito sobre a onda violenta que massacrava cotidianamente os terreiros em todo o país. E o que dizer dos assassinatos de líderes espíritas entre 2014 e 2015? E o covarde apedrejamento de uma menina de apenas 11 anos de idade, praticante do Candomblé, em junho, no Rio de Janeiro, por um grupo de fanáticos?

Vivemos em um país laico, onde há a nítida separação entre a igreja e o Estado, e nenhuma religião deveria ser considerada superior às demais. Além disso, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) estabelece a liberdade de crença como uma de suas garantias. Mas não é isso o que vem acontecendo no Brasil: cada vez mais percebemos uma perversa articulação entre parlamentares, facções religiosas e grupos de mídia controlados por igrejas. Uma aliança entre sujeitos políticos que ignoram a Constituição e não hesitam em atacar conquistas históricas que salvaguardam os direitos humanos de mulheres e das populações negra e LGBTT.

Um fato que exemplifica o que estamos tra-

## Emerge uma nova casta composta pelos novos coronéis eletrônicos religiosos

que compõem a “bancada da fé” da Câmara dos Deputados conseguiu aprovar, depois de muitas manobras, a redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

Mas, como se comportou boa parte dos parlamentares eleitos para defender os direitos humanos de toda a população nos dois episódios? Quando não legislaram em prol de interesses particulares, garantiram a primazia da ideologia de grupos hegemonicamente consolidados no campo religioso brasileiro. Para tanto, muitos deles se valeram da prática nefasta de sublocação de espaços<sup>2</sup> em emissoras de rádio e de televisão para propagar o proselitismo eletrônico.

Concomitantemente à veiculação desses casos pela comunicação empresarial, os temas relativos aos direitos humanos também estiveram presentes nas pautas da mídia religiosa. Isso também se deve ao fato de que as concessões públicas, há muito tempo exploradas por empresários e coronéis eletrônicos, passaram a despertar maior interesse do segmento religioso. Emerge uma nova casta composta pelos novos coronéis eletrônicos religiosos, uma vez que são muitos os interesses que envolvem simultaneamente os campos da religião, da política e da mídia.

Cada um desses setores tem suas peculiaridades e estratégias de poder específicas. Quando estão associados, ganham uma dimensão e uma repercussão impressionante, sobretudo para retardar ou inviabilizar a conquista de direitos humanos pelas mulheres, negros/as e populações LGBTT.

tando e saltou aos olhos da sociedade brasileira ocorreu durante o ciclo de votações dos planos municipais e estaduais de educação, entre maio e junho. As bancadas fundamentalistas<sup>1</sup> se organizaram, em âmbito nacional, para barrar a inclusão da questão de gênero nos documentos. Inúmeras foram as manifestações contrárias à diretriz que versava sobre “a ideologia de gênero” nos debates. O que assistimos foi a uma coalisão de líderes religiosos que se valeram dos mandatos de vereadores/as e deputados/as estaduais para interditar a discussão nas casas de leis. Integrantes dos mesmos partidos e igrejas

1 - A Articulação Feminista Mercosul define fundamentalismo religioso, político, econômico, científico ou cultural. O fundamentalismo é sempre político e prospera em sociedades que negam a humanidade na sua diversidade e legitimam mecanismos violentos de sujeição de um grupo a outro, de uma pessoa a outra. Essencialmente excludentes e belicosos, os fundamentalismos minam a edificação de um projeto de humanidade no qual todas as pessoas tenham direito a ter direitos, sacrificando – com requintes maiores de perversidade – a vida das mulheres.

2 - Há casos de comercialização, por emissoras de televisão situadas em São Paulo, por exemplo, de 90% da sua grade de programação para igrejas, o que fere diversas leis brasileiras.

### PELO MUNDO

## Feminista no poder

Maior símbolo do capitalismo mundial, o setor bancário surpreendeu o mundo financeiro na segunda quinzena de agosto, ao anunciar o nome da economista argentina María Delfina Rossi como a nova diretora do Banco de la Nación, o maior da Argentina. O que chamou atenção não foi apenas o fato da executiva ser mulher – coisa rara de acontecer –, mas foi o fato de ela ter apenas 26 anos, se reconhecer como “feminista”, ecologista e de esquerda”. Maria Delfina tem licenciatura em Economia na Universidade Autônoma de Barcelona - onde atuou como militante em movimentos de esquerda - e mestrado no Instituto Universitário Europeu, na cidade italiana de Florença.

## Vítima, também, da lei

Uma criança paraguaia de 11 anos, supostamente estuprada pelo padrasto, deu a luz a uma menina, no dia 13 de agosto, depois de ter sido impedida de fazer um aborto pela legislação do Paraguai. Essa aberração é mais um alerta para a gravidade da violência sexual contra as mulheres – e crianças - e a necessidade urgente de o Paraguai revogar a lei anti-aborto e tratar a interrupção da gravidez como um problema de saúde. “Só o tempo dirá a verdadeira extensão das consequências físicas e psicológicas dessa trágica provação”, salientou Erika Guevara, diretora da Anistia Internacional para as Américas.

### NÃO AO GOLPE



**CONCENTRAÇÃO** Pessoas comuns e movimentos sociais de vários segmentos levaram suas pautas para a manifestação. Todos defendiam a democracia e repudiavam a tentativa de o golpe

# Em Pernambuco, mais de 8 mil nas ruas em favor do Brasil

Se depender dos pernambucanos não vai ter golpe. Isso ficou claro no ato público realizado no dia 20 de agosto, no Recife e em todo o Brasil. No Recife, mais de 8 mil pessoas atenderam ao chamado dos sindicatos, das centrais e dos movimentos sociais que, em meio à crise em que se encontra o país, foram às ruas em defesa dos direitos, da liberdade e da democracia. A Avenida Conde da Boa Vista foi tomada pelos manifestantes. O protesto foi também uma resposta ao ato do dia 16, coordenado por grupos reacionários patrocinados por empresários norteamericanos e por partidos de direita, que pedem o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Para o líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, os trabalhadores e os movimentos populares foram provocados. “(Os reacionários) foram às ruas com as nossas bandeiras. Quem sempre combateu a corrupção fomos nós”. Para ele, o campo progressista brasileiro deve combater essa estratégia da direita. O vice-presidente da CUT Pernambuco, Paulo Rocha, explica a diferença entre o ato do dia 16 e o do dia 20 de agosto. “Nós temos propostas para o país, eles não. Temos uma pauta de reivindicações históricas, que inclui distribuição de renda e acesso a direitos básicos”, explica o sindicalista. “A mídia diz que o nosso ato é para defender Dilma. Defendemos os nossos direitos, a democracia. Queremos o impeachment de uma presidenta eleita por mais de 54 milhões de votos é golpe”, dispara o líder cutista.



**PAZ** Presente no ato, Sindsep criticou a intolerância dos que querem o golpe

O ato contou com a participação dos movimentos estudantil e de jovens, como é o caso do Levante Popular. “Viemos em defesa da nossa pauta. Queremos mais investimento na educação. Somos contra o ajuste fiscal do governo e também contra esse golpe da direita”, frisa a universitária Laila Costa. Para Marcelo Adriane, da Associação dos Amigos do Rio, do Ibura de Baixo, a Globo está por trás da tentativa de golpe político. “A direita não se conformou em perder as eleições. Agora com a ajuda da Globo e do Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados) querem tumultuar o país, não deixam Dilma trabalhar e fazer os ajustes que devem ser feitos.”, disparou.

Os sindicatos e a sociedade civil organizada lutam por reformas que tirem o país da crise, sem prejudicar a classe trabalhadora, como vem acontecendo. A ideia é ajustar as contas com a taxação de grandes fortunas, dividendo e remessas de lucros. “Estamos nos contrapondo ao discurso do ódio, mostrando que o movimento social está vivo”, avaliou a coordenadora geral do Sindsep, Graça Oliveira. ◀



# Pressão, marcha e vigília em Brasília para forçar governo a negociar

Mais um mês se passou e as negociações com o governo federal não avançaram. O Executivo mantém a proposta de reajuste de 21,3% dividido em quatro anos (2016: 5,5; 2017: 5%; 2018: 4,75%; e 2019: 4%). Esse índice já foi rejeitado pelos servidores federais, que reivindicam para 2016 27,3%. Diante do impasse, a categoria realizou o Dia Nacional de Mobilização, em 6 de agosto, dentro da programação da campanha salarial 2015.

Ainda era madrugada do dia 6, quando servidores de todos os estados se concentravam em frente ao Ministério do Planejamento, em Brasília, para cobrar do governo uma saída para as negociações. A mobilização se estendeu por todo o dia. Pela manhã, os servidores seguiram em passeata até o prédio onde fica o gabinete do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e cobraram uma audiência com ele, o que não aconteceu.

No final da tarde, a pressão foi na passagem de acesso à casa oficial da presidenta Dilma Rousseff, no Palácio da Alvorada. Os servidores realizaram uma vigília que começou às 17h e foi até 22h. O Sindsep-PE enviou uma delegação, que participou de todas as atividades. Diante da intransigência do governo, no dia 27, os servidores realizaram uma nova marcha em Brasília. No dia seguinte, houve uma reunião do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) e uma plenária nacional da Condsef.

Diante desse quadro, servidores de 21 estados brasileiros já deflagraram greve. Em Pernambuco servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) paralisaram durante 4 horas no dia 24 de agosto. Já os administrativos do IF Belo Jardim cruzaram os braços por 24 horas no dia 27.

## SETORIAIS

O governo chegou a agendar uma série de audiências com a Condsef para discutir as pautas setoriais dos servidores. Nos dias 7, 10 e 11 de agosto, aconteceram várias reuniões, mas em nenhuma delas houve avanço. A cantilena foi a de sempre: o governo não tem margem para discutir demandas específicas e a única proposta que tem a oferecer é o reajuste de 21,3%, dividido em quatro parcelas.

Atrelada à aceitação do percentual, o governo se compromete a conceder reajuste nos benefícios: 22,8% para os auxílios alimentação e saúde. Quanto ao auxílio creche, a correção será de acordo com o IPCA do período de 1995 a 2015, que dá um índice de 317,3%. Segue resumo das reuniões setoriais. ◀

## PEC/FAZ

Na reunião para tratar da carreira PEC/FAZ, a Condsef questionou o motivo de ainda não ter sido feita a aglutinação de cargos, já que não representa impacto para o Executivo. Sem resposta, o governo ficou de avaliar e insistiu na desculpa de que não fará, nesse momento, nenhuma reestruturação que envolva impacto orçamentário.

## ÁREA AMBIENTAL

Na reunião para discutir a pauta setorial dos servidores da área ambiental, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, disse que qualquer proposta de reestruturação de carreiras que não implique em impactos financeiros poderá ser discutida, independentemente dos prazos finais das negociações, podendo ter continuidade a partir de setembro de 2015.

## FNDE

Além da Condsef, participaram da reunião setorial do FNDE a ASFNDE e a ASSINEP. As entidades cobraram uma posição do governo sobre a reestruturação das carreiras e PECs; e a redução dos números de padrões de 18 para 13; a gratificação de qualificação; de a redução de interstício de progressão de 18 para 12 meses. O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento afirmou que qualquer proposta de reestruturação de carreira que implique em impactos orçamentários não poderá ser atendida neste momento. O que não impede que, logo após este período de negociação, se retome os debates sobre os temas. Quanto ao Termo de Acordo dos dias da Greve de 2010, o Planejamento e a direção do FNDE ficaram de continuar conversando para encontrar uma forma de resolver a situação. Referente ao pleito dos servidores administrativos do Ministério da Educação, o governo afirmou que no momento não está trabalhando com criação de novas carreiras.

## AGU

A Confederação foi surpreendida com a informação da existência de uma pesquisa interna, onde os servidores da AGU estavam sendo consultados sobre uma nova carreira, pesquisa essa que não foi previamente discutida com os representantes dos servidores, nem mesmo da Condsef. Os próprios servidores disseram não a essa carreira, já que não houve nenhum tipo de discussão em torno dela e era algo desconhecido. O governo não soube explicar o teor da carreira proposta na pesquisa e ficou de levantar tais informações para repassar à Condsef.

## DNIT

Depois de explicar que o índice de 21,3% em quatro anos não atende à necessidade dos servidores, a Condsef cobrou do Ministério do Planejamento uma solução para um problema antigo no Dnit, que é o impedimento de os servidores serem promovidos por causa das amarras colocadas na Lei da carreira. O governo federal ficou de verificar, sinalizando ser favorável a mudança da GQ em RT e o fim da cláusula de barreira, permitindo que todos possam ter acesso às promoções, desde que cumpram todos os requisitos exigidos pela legislação. O governo também ficou de avaliar acerca da média dos pontos na aposentadoria que atinge os servidores do PEC. A Condsef ressaltou que, tanto a média dos pontos como o acesso de todos às promoções são de vital importância para os trabalhadores do Dnit.

## MTE

Representantes da Condsef, Fenasps, CNTSS e Sinaif se reuniram com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para tratar do Grupo de Discussão Permanente sobre Condições de Trabalho (Gpcot). O grupo quer a equiparação da tabela criada pela Lei 12.777/2010 (carreiras transversais) e cobram o cumprimento de acordos firmados com o governo que ainda não foram atendidos. Servidores do MTE de vários estados já estão paralisados. Em Pernambuco, os servidores da SRTE paralisaram por 4 horas no dia 24 de agosto.

BELO JARDIM 24 horas paralisado

DEMANDAS Servidores cobram pautas específicas



Foto: Jane Franco/Sindsep-DF

## ANISTIADOS

O principal ponto da reunião para discutir a pauta dos servidores anistiados que foram reintegrados foi o enquadramento deles no Regime Jurídico Único (RJU). A Condsef exigiu que os reintegrados passassem a ter os mesmos direitos dos servidores do RJU. Sem nenhuma proposta concreta, o Ministério do Planejamento ficou de agendar uma nova reunião com a Condsef para setembro, que teria a presença também da Secretaria-Geral da Presidência, AGU e Secretaria de Gestão Pública (Segep). De antemão, avisou que já vem discutindo a extensão de benefícios como diárias, gratificações de chefias e outros, mas disse que, até o momento, não há proposta para considerar anuênios, assim como não há acordo quanto ao pagamento de auxílio-educação. Sobre insalubridade, periculosidade e adicional noturno, o Planejamento disse que soltará uma orientação a respeito dos assuntos. A Condsef aproveitou a reunião para denunciar a onda de assédio moral junto aos reintegrados, tendo como resposta o compromisso do governo de investigar e de resgatar o resultado de uma conferência feita sobre o tema e que vai trabalhar um instrumento legal para essa questão.

## FUNAI

Embora as negociações setoriais não avancem, a Condsef cobrou do governo respostas para as demandas específicas dos servidores da Funai, entre elas o Plano de Carreira Indígena (PCI), o qual deveria incluir todos os servidores do órgão. O Planejamento disse que não há previsão para implantação do PCI em 2015. Sobre a GDAIN, o Planejamento informou que existem estudos envolvendo a mesma realidade em 11 órgãos federais no sentido de transformar valores em pontos que serão incorporados à aposentadoria dos servidores. A Condsef também cobrou informações sobre a GAPIN e o governo disse que pretende ajustar/corrigir o valor da gratificação de atividade. O Executivo também se comprometeu em corrigir os problemas causados pelo distanciamento da Funai das terras indígenas. Na reunião, foi cobrado ainda a realização de concurso público e o Planejamento disse que estudará a possibilidade de autorizar abertura de concurso público para a ocupação de todos os cargos desocupados.





# O ocaso do DNPM

A situação pela qual passam todos os órgãos públicos federais brasileiros não é nada animadora. O sucateamento é geral e datado: teve início com o neoliberalismo, implantado pelo governo Collor de Mello, se agravando nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Não há exceções. O abandono é generalizado. Mas existem aqueles órgãos em que a situação beira a calamidade. Nesse grupo encontra-se o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A autarquia, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é encarregada de gerir e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, zelando para que o aproveitamento dos recursos minerais seja realizado de forma racional, controlada e sustentável, resultando em benefício para toda a sociedade. Mas a representação do órgão em Pernambuco está em vias de encerrar suas atividades por falta de recursos até mesmo para seu custeio de rotina.



“É uma escassez de recursos sem precedentes”

A situação que já era grave se tornou insustentável com um corte de 30% promovido pelo governo federal no repasse de recursos, devido ao ajuste fiscal. Existia uma previsão de gastos anual para o ano de 2015 no valor de R\$ 1,2 milhão. Com o corte, a previsão orçamentária foi para R\$ 700 mil e, logo em seguida, caiu para R\$ 649 mil. Desse total, o órgão só recebeu R\$ 188 mil.

Com isso, o DNPM de Pernambuco está em débito com seu quadro de terceirizados (R\$ 150 mil), serviços de segurança (R\$ 134 mil) e de limpeza (R\$ 83 mil), além de contas atrasadas de telefone, água, luz e taxa de limpeza da Prefeitura do Recife. A dívida total, no acumulado dos seis primeiros meses do ano, chega a mais de R\$ 368 mil.

“É uma escassez de recursos sem precedentes. Sou servidor deste órgão desde o início da década de 1980 e nunca vi uma situação como a de hoje. O pior que não é restrita apenas a Pernambuco. Temos notícias de que o mesmo está acontecendo em todo o Brasil”, destacou o engenheiro de minas do DNPM, José Carlos Madruga.

## FATURAMENTO

Além de não repassar os recursos de custeio, o governo também não está encaminhando a parcela cobrada às empresas que atuam na mineração em Pernambuco. Um total de 2% do faturamento líquido da empresa é repassado ao governo. Desse montante, 10% deveriam ser destinados ao órgão.

“O DNPM é superavitário em suas receitas. Esse recurso mais a taxa anual cobrada às empresas que realizam as pesquisas dos projetos seriam suficientes para manter o DNPM em funcionamento. Mas nem isso está sendo repassado”, observou o também engenheiro de minas e delegado da Agência Nacional de Saúde (ANS) do DNPM, Reinaldo Batista.

## Trabalho de fiscalização também está prejudicado

Atualmente, Pernambuco possui mais de 200 empresas concessionárias de áreas de exploração de recursos naturais. Cerca de 50 delas são concessões dadas a empresas que comercializam água mineral. Cabe aos servidores do DNPM analisar os projetos de pesquisas apresentados pelas empresas que se candidatam à concessão, de modo a identificar se o projeto é viável do ponto de vista técnico, econômico e ambiental.

Em seguida, os técnicos fazem a fiscalização *in loco* da área demandada. Depois, o órgão analisa o plano de aproveitamento econômico. Caso o projeto atenda a todas as normas, a empresa recebe a concessão e os servidores devem acompanhar todo o processo de instalação do projeto e fiscalizar a atuação da empresa depois do início dos trabalhos.

“Há o acompanhamento para identificarmos



REINALDO DNPM é superavitário em suas receitas”

se há o aproveitamento racional da jazida, se há segurança no local de trabalho, além de verificarmos o impacto ambiental. Mas reduzimos substancialmente todo o nosso trabalho”, destacou Carlos Madruga, se referindo aos cortes no orçamento que tem repercussão na gratificação por desempenho. A situação também prejudica o servidor, uma vez que os trabalhadores do DNPM desempenham suas funções diante de uma política de metas. ◀◀

# Missão do Mapa é grande, mas investimentos são pequenos

Controlar a entrada e saída de produtos alimentícios de origem animal e vegetal nos portos e aeroportos brasileiros e fazer a vigilância desses produtos no comércio e na indústria nacional. Essas são as principais atribuições do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A responsabilidade é grande, mas os investimentos do governo no órgão não acompanham essa dimensão.

O diretor do Sindsep-PE e servidor do órgão, Geraldo Ferraz, explica que o Mapa é tão importante para a saúde dos brasileiros quanto o próprio Ministério da Saúde. “Nosso trabalho é preventivo. Evitar que doenças entrem e saiam do país, bem como que circulem pelo território nacional”, pontua Ferraz. Segundo o sindicalista, a Agricultura é o segundo ministério mais antigo da República, perdendo apenas para a Fazenda. O Ministério já foi bem maior: já fizeram parte dele o Incra (reforma agrária), Ibama (meio ambiente), SFAP (pesca), entre outros. Além disso, nas duas últimas décadas, várias atribuições foram retiradas do órgão e descentralizadas para estados e municípios, como a fiscalização animal e vegetal na indústria e no comércio local.

## PROBLEMAS

Para resolver os problemas de infraestrutura das Superintendências Regionais, o ministério criou um grupo de trabalho (GT). Pernambuco foi eleito um dos piores do Brasil, com a situação bastante precária. O prédio de 1973 está com infiltrações, tanto nas paredes como nos tetos. Algumas salas perderam os pisos e a unidade precisa urgente de uma pintura.

O GT já está terminando de fazer o levantamento. As obras deveriam começar este ano, mas até agora nada. Um dos argumentos para não começar é a crise financeira.

Nos últimos meses também houve corte no orçamento do Mapa. A verba repassada é inferior às necessidades do órgão. “É preciso fazer um malabarismo para manter as contas em dia”, conta o diretor administrativo do órgão, Henrique Lira. Com orçamento reduzido, materiais de suprimento também estão escassos, como papel, copos descartáveis, cartuchos para impressora etc.

A situação se agrava ainda mais porque os processos de compra são demorados e na maioria das vezes centralizados em Brasília. Para se ter uma ideia da morosidade, eletros e eletrônicos adquiridos pelo órgão central, quando são distribuídos, já chegam aos estados com prazo de garantia bastante prejudicado.

Assim como na maioria dos órgãos do Executivo, há carência de mão-de-obra no Mapa. Em Pernambuco, existem, em média, 320 trabalhadores entre concursados, terceirizados e estagiários. Esse número compreende as pessoas lotadas na própria sede e nas representações dos portos do Recife e Suape, no aeroporto de Recife e nas cidades de Petrolina, Caruaru e Garanhuns.

“No passado já tivemos em todo o Estado mais de 500 servidores ativos”, lembra o servidor do órgão e diretor do Sindsep-PE, Fernando Lima. Recentemente, o Mapa fez um concurso, mas apenas para a Lanagro, uma rede de laboratórios ligada ao ministério, mas autônomo financeiramente. Há muitos anos não é feito concurso para as superintendências. ◀◀



“Nosso trabalho é preventivo. Evita que doenças entrem e saiam do país” Geraldo Ferraz

“No passado, já tivemos em todo Estado mais de 500 servidores ativos”

Fernando Lima



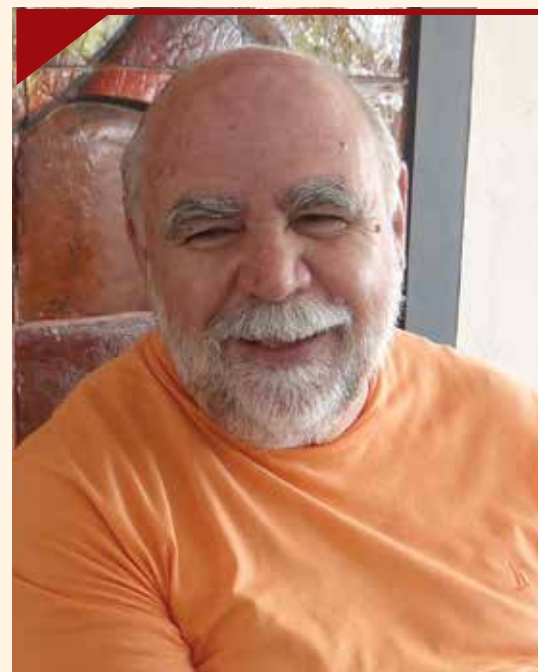


# Ventos de agosto

Há um romance épico sobre a saga do povo gaúcho intitulado: o Tempo e o Vento. Neste romance a personagem chamada “Bibiana” faz uma imprecisão contra os ventos do mês de agosto, dizendo que eles sempre trazem um mau presságio, uma desgraça, uma catástrofe, ou coisa assim. E existe mesmo uma frase do autor, o escritor Érico Veríssimo, indagando se no paraíso os ventos soprariam infinitamente. Independentemente do que pensam os gaúchos dos maus augúrios do mês de agosto e seus ventos, este mês costuma ser lembrado pelos brasileiros como um período de muitas desgraças: basta lembrar o suicídio de Getúlio Vargas e a morte de Arraes. Pois foi exatamente em agosto de 2014, que explodiu em São Paulo o avião “fantasma” – de titularidade ainda hoje incerta – que transportava o ex-governador de Pernambuco. O político pernambucano estava em plena campanha presidencial e era um trunfo muito importante nas eleições estaduais.

A morte de Eduardo Campos, em agosto do ano passado, em circunstâncias trágicas nunca elucidadas, alimentou uma espécie de messianismo atávico que, em situações como essas, tende a produzir uma traumaturgia política que beneficia sempre os aliados, os protegidos e os parentes do falecido. É preciso reconhecer que o nosso povo é pródigo em construir mitos e mitologias, às vezes de pés de barro, fortemente reforçados pela grande mídia impressa e eletrônica do país. Há também entre nós uma jurisprudência penal curiosa: a morte, mais ainda em circunstâncias trágicas e pouco conhecidas, redime todos os malfeitos, os ilícitos penais, os crimes cometidos pelo falecido.

Existe no Brasil, como na história do Cristianismo, os bons e os maus ladrões. No geral, os bons ladrões estão mortos, embora possam ter se beneficiado (ou os seus) pelos ilícitos praticados. Os maus ladrões são os vivos, os “bodes expiatórios”, as “genis”, os “judas” da vida, expostos à sanha vingativa do distinto público. Seus cadáveres morais são apresentados todos os dias pelos meios de comunicação de massa, para exorcizar a raiva, a frustração de uma população mais pobre e semi-escolarizada. Os que morrem contam sempre com o benefício da dúvida, a presunção de inocência ou a compaixão dos vivos. Os que ficam cumprem o sinistro papel de ajudar a purificar os sentimentos de ódio, de vingança e de inveja dos vivos.



“ Os mortos ressuscitam. Não para continuarem a fazer o mal, mas para serem julgados e condenados pelo que fizeram ou deixaram de fazer”

Esse preâmbulo foi escrito em razão de uma sentença absolutória proferida pelo juiz (vingador público) Sérgio Moro, sem nenhum alarido da mídia, sobre os implicados de Pernambuco nos escândalos das operações da “lava a Jato”. Alegou o senhor Excelentíssimo juiz que, com a morte de dois do grupo de políticos suspeitos do nosso Estado, apontados na delação premiada do senhor Paulo Roberto Costa, por ocasião da construção da Refinaria Abreu e Lima, o processo deveria se extinguir, pois não haveria como indiciar,

processar, julgar e condenar quem já morreu. Pronto, resolvido o assunto. Era só esperar o dia do Juízo Final, para ver quem iria direto para o inferno ou quem alcançaria, pelo menos, o purgatório, porque dificilmente nenhum deles iria para o céu. Havia, entre estes, políticos ligados ao PSB, ao PSDB e ao PP. Mas os jornais solícitamente silenciaram sobre o fato. E continuam calados até hoje.

Muito bem. Quem morreu, morreu. Mas há muita gente viva, vivíssima desejosa de usar o capital político, o patrimônio moral e material dos falecidos para se eleger a isto, àquilo, a este cargo, àquele outro etc. Houve até uma procissão com a fina estampa do falecido, impressa em estandarte, em ato declaradamente eleitoral. Os apaniguados, os compinchas, os protegidos ou mesmo simples aventureiros que farejam onde podem obter vantagens se aproximando do cortejo, estão utilizando ou vão utilizar a memória do morto como trunfo político, como se os eleitores fossem destituídos de qualquer forma de discernimento moral ou político. Crenças ou fiéis desse neo-messianismo familiar que acham que os mortos não têm defeito algum e que é de mau tom, deselegante, pouco educado, falar criticamente daqueles que já se foram ou partiram.

Aqui é onde entra a necessidade de um julgamento póstumo, como em outros romances realistas fantásticos de Érico Veríssimo. Os mortos ressuscitam. Não para continuarem a fazer o mal, mas para serem julgados e condenados pelo que fizeram ou deixaram de fazer. Sobre tudo por terem ajudado a eleger gestores incompetentes e midiáticos que transformaram o Estado e a cidade do Recife numa imensa cratera moral, alimentados pelo pagamento de taxas, impostos e contribuições que não produzem nenhum retorno social. É necessário que se faça esse julgamento – com todo respeito pela tragédia que acometeu o falecido –, porque a memória do político vem sendo disputada a tapas, socos e ponta-pés pelos acólitos, os epígonos, os puxa-sacos e carreiristas de todo tipo. Interessa muito à sociedade pernambucana passar a limpo o que produz e constitui essa memória, para que o embuste, a fraude política não se perpetue através de paus-mandados e continue a prejudicar o povo de Pernambuco.

Pode ser que, assim, a alma do falecido descanse em paz e desista de aperrear os vivos. ◀

# Caruaru discute gênero, raça/etnia e saúde do trabalhador

Depois de levar o Encontro de Gênero, Raça/Etnia e Saúde do Trabalhador para os servidores federais de Garanhuns e região, o Sindsep-PE promoveu, nos dias 24 e 25 de agosto, o mesmo evento em Caruaru. No primeiro dia, a diretora de Políticas Públicas do sindicato, Lindinere Ferreira, falou sobre a problemática da mulher e da população negra no Brasil, abordando desde a violência simbólica e física até como esses atores estão posicionados no mercado de trabalho.

Landinere iniciou resgatando a luta da mulher pela igualdade de gênero, os entraves ao longo dos anos, as conquistas, até chegar ao momento atual, quando ainda há muito o que se galgar. Em seguida, abordou a realidade dos negros, desde a transferência dessas pessoas da África para o Brasil – nos séculos 16, 17, 18 e 19 –, até os dias de hoje, culminando com o maior dos golpes sofridos por essa população, que foi a aprovação na Câmara dos Deputados da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.

A coordenadora geral do Sindsep, Graça Oliveira, complementou, apresentando dados do Dieese sobre a mulher e o negro no mercado do trabalho. Salientou a preocupação do sindicato de levar esse debate para a base dos servidores e lembrou a criação, no início dos anos 2000, do Coletivo de Gênero, Raça e Etnia da entidade e do Grupo de Identidade Masculina.

No segundo dia, o debate girou em torno da saúde do trabalhador. Começou com uma dinâmica de grupo, onde os presentes puderam

identificar, no próprio corpo, as partes que mais sentem dor, o que, muitas vezes, é só o início de um processo de adoecimento. Na sequência, o gerente de Vigilância de Saúde da 4ª Geres, Efraim Naftali, falou sobre o marco regulatório e as legislações que garantem o atendimento à saúde dos trabalhadores.

“O trabalho também adoce. Então, é preciso criar políticas públicas para atender a classe trabalhadora”, destacou, para acrescentar: “Há um vazio muito grande em relação a esse atendimento”. Efraim se referiu à falta de aplicação da legislação, o que compromete o serviço oferecido. O especialista falou que, muitas vezes, o que leva o trabalhador a adoecer é a extensa carga de trabalho e a falta de lazer. Ao final, mais uma dinâmica de grupo, dessa vez para os participantes fazerem uma avaliação sobre os debates. Para concluir, Lindinere Ferreira ressaltou a importância do evento.

“É grande a necessidade desse tipo de debate, porque fica muito clara a ausência de informações sobre as políticas públicas de gênero, raça, etnia e, principalmente, de saúde do trabalhador entre os servidores. A construção de espaços como esse reflete na importância de juntos atuarmos na efetivação e implementação dessas políticas. Não basta apenas ter lei, é preciso a sociedade se unir para que esses serviços cheguem até as pessoas. Convocamos os servidores para os próximos encontros, no sentido de fortalecermos não só o nosso sindicato, mas a luta para que essas políticas sejam implantadas. O sindicato está no caminho certo.” ◀



INTERAÇÃO Servidores e sindicato unidos em prol de políticas públicas



PALESTRA O risco do consignado

# Sindsep comemora Dia dos Pais

O Dia dos Pais foi comemorado em grande estilo pelos servidores federais, que compareceram, na sexta-feira 14, ao Sindsep-PE. Depois de assistir a uma palestra da advogada da Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor (Adecon), Lorena Grimberg, sobre economia e empréstimo consignado, os servidores participaram de uma confraternização com apresentação cultural. Após o coordenador do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep, Laércio Vicente, e a coordenadora geral do sindicato, Graça Oliveira, darem as boas vindas aos presentes, Lorena Grimberg deu dicas sobre como controlar o orçamento familiar. “É preciso realizar um controle de todas as contas para não se perder”, disse.

No caso daqueles que já contraíram dívidas, Lorena destacou que o primeiro passo é encerrar a dívida de frente e buscar uma negociação justa. Em seguida, deve-se anotar os gastos mensais, para se ter um controle maior, e cortar as despesas desnecessárias. “Deve-se economizar em tudo. Até no cafezinho. Também se deve ter muito cuidado com os cartões de crédito, cheque especial e empréstimos consignados”, alertou. Sobre o empréstimo consignado, a advogada foi enfática: “Ele só deve ser utilizado no caso de pagamento de dívidas com juros mais altos ou no caso de uma emergência. Temos que ficar muito atentos com relação ao contrato, antes de assiná-lo. Importante que as taxas de juros oferecidas sejam analisadas e, antes do fechamento do contrato, o cidadão deve procurar um órgão de defesa do consumidor como o Procon”.

Lorena disse ainda que é preciso verificar se a instituição de crédito está registrada no Banco Central e, no caso de aposentados e pensionistas, se está inscrita no INSS. O secretário geral do Sindsep, José Carlos Oliveira, destacou a importância de todos ficarem em alerta para não se deixarem seduzir pela sociedade capitalista que estimula o consumo. Depois da palestra, os servidores assistiram ao grupo Mamulengarte. ◀



# O poder político do idoso

**N**ão abrir mão de fazer parte da sociedade como protagonista político do meio social. Esse foi o recado dado pelos palestrantes da 5ª edição de 2015 do Fórum sobre questões do Envelhecimento, promovido pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), no dia 11 de agosto. O evento reuniu centenas de idosos, que lotaram o auditório G1, localizado no bloco G da Universidade, para ouvir as palavras do secretário geral do Sindsep, José Carlos Oliveira, e do professor de Relações Internacionais daquela instituição de ensino, Thales Castro.

Os dois destacaram a importância do protagonismo do idoso, levando em consideração o tema do encontro: O poder político da pessoa idosa. O evento contou com a parceria do Sindsep. O secretário geral do sindicato destacou a força daqueles que já atingiram ou ultrapassaram os 60 anos de idade. “Hoje, os idosos brasileiros passam de 11% da população. São mais de 24 milhões de pessoas. A maior conquista da modernidade, em se tratando da área da saúde, é a longevidade. Temos uma expectativa de vida de 80 anos. Nas próximas duas décadas, deve beirar os 90 anos. Imaginem se todos se unirem para lutar por seus direitos”, destacou.

José Carlos destacou a importância de ações no sentido de fortalecer o pacto entre as gerações de brasileiros de modo aos jovens respeitarem os idosos e lhe darem espaço para que continuem interagindo com a sociedade de forma ativa. “Vivemos em um sistema capitalista, onde o idoso é discriminado pelo poder econômico e produtivo por, não ter a mesma força motriz dos jovens. No entanto, o acúmulo de experiência daqueles que possuem uma idade mais avançada



**PALESTRAS** Debate girou em torno do protagonismo do idoso

da é infinitamente maior e não está sendo levada em consideração por puro preconceito”.

Segundo José Carlos, o idoso tem um papel social importante e deve fugir do estigma do preconceito. Para Thales Castro, o idoso precisa se apropriar da esfera pública com o objetivo de

garantir seus direitos. “Existe uma força que está sendo subutilizada. O idoso deve buscar o fortalecimento da sua cidadania por meio da força política”, indicou. Para o professor, o Brasil está passando por uma fase de amadurecimento de suas instituições e “os idosos podem contribuir de forma decisiva para esse processo”.

## CONFERÊNCIA

Integrantes da direção do Sindsep-PE e do Núcleo de Aposentados da entidade participaram, nos dias 12 e 13 de agosto, da IV Conferência Estadual do Idoso, que aconteceu no Centro de Convenções de Pernambuco. A secretária de Cultura do sindicato, Marli Costa, juntamente com Ana Maria Melo, Ana Estrela e Amaro Dias, do Núcleo dos Aposentados, foram os representantes do Sindsep-PE no evento. Além de fazer parte da direção do sindicato, Marli também é conselheira do Conselho Estadual do Idoso. ◀◀

## APOSENTADOS E PENSIONAISTAS

# Ação defende direitos dos aposentados e pensionistas

**O** Sindsep-PE está entrando mais uma vez na Justiça para garantir os direitos dos servidores, os quais foram retirados ao longo dos anos. Dessa vez, a ação contempla especificamente os aposentados e pensionistas que recebem a GDACE. A Secretaria Jurídica do sindicato está requerendo judicialmente o pagamento da gratificação, referente ao período de junho de 2010 a outubro de 2013, para todos os aposentados e pensionistas que a recebem.

O pagamento vai desde o início da ilegalidade até a data que a mesma foi sanada. Para entrar com o processo, os aposentados e pensionistas associados ao Sindsep que recebem a gratificação no contracheque devem comparecer ao Departamento Jurídico da entidade e entregar a documentação ao lado. Vale lembrar que os documentos devem ser entregues o mais rápido possível, para que o sindicato possa ingressar de imediato com a ação, em razão da prescrição. ◀◀

## Documentos necessários

- ▶▶ Procuração (à disposição no Sindsep-PE) devidamente preenchida, assinada e com firma re-conhecida
- ▶▶ Cópias legíveis do RG, CPF e comprovante de residência atualizado e em seu nome, podendo ser conta de luz, telefone, cartão de crédito etc
- ▶▶ Cópia legível dos contra-cheques ou fichas financeiras (período janeiro/2010 a dezembro/2013)
- ▶▶ Cópia da Portaria de Aposentadoria ou documento que comprove a data da mesma. Caso seja pensionista, será necessária a Portaria de Aposentadoria do Instituidor e o documento que comprove a data da concessão da pensão.